



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679814 - RJ (2021/0217744-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : ALEXANDRE SOUZA CASSIANO DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE SOUZA CASSIANO DOS SANTOS - RN008770  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIAO  
**PACIENTE** : RICARDO LUIZ DE CASTRO (PRESO)  
**PACIENTE** : RILTO LOUZADA PEREIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : JOSE DOMINGOS PEREIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : PAULO CELIO FAGUNDES NUNES  
**CORRÉU** : ELIEZIO LIMA DE FRANCA  
**CORRÉU** : IVAN DE SOUZA BATISTA JUNIOR  
**CORRÉU** : ANDERSON SANTOS RAIMUNDO  
**CORRÉU** : DOUGLAS LARA DO ESPIRITO SANTO  
**CORRÉU** : UBIRACI WERNECK RAMOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO LUIZ DE CASTRO e RILTO LOUZADA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (Apelação n. 5046785-33.2018.4.02.5101).

O paciente RICARDO LUIZ DE CASTRO foi sentenciado (fl. 206):

- Tráfico (apreensão 1): 15 anos e 9 meses de reclusão, e multa de 1.575 dias-multa, no valor unitário de um salário mínimo cada, na quantia vigente em 30/12/2017, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento;
- Tráfico (apreensão 2): 15 anos, 8 meses e 3 dias de reclusão, e multa de 1.567 dias-multa, no valor unitário de um salário mínimo cada, na quantia vigente em 22/7/2018, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento;
- Associação para o tráfico: 11 anos e 20 dias de reclusão, e multa de 1.326 dias-multa, no valor unitário de um salário mínimo cada, na quantia vigente em 22/7/2018, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento.
- Total: 42 (quarenta e dois) anos, 5 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias de reclusão, e 4.468 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito) dias-multa, sendo o valor de cada dia-multa discriminado conforme exposto acima.

O paciente RILTO LOUZADA PEREIRA foi sentenciado (fl. 207):

- Tráfico (apreensão 1): 16 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão, e multa de 1.660 dias-multa, no valor unitário de 1/4 do salário mínimo cada, na quantia vigente em 30/12/2017, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento;
- Tráfico (apreensão 2): 14 anos, 11 meses e 4 dias de reclusão, e multa de 1.492 dias-multa, no valor unitário de 1/4 do salário mínimo cada, na quantia vigente em 22/7/2018, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento;
- Associação para o tráfico: 10 anos e 6 dias de reclusão, e multa de 1.260 dias-multa, no valor unitário de um salário mínimo cada, na quantia vigente em 22/7/2018, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento.
- Total: 42 (quarenta e dois) anos e 10 (dez) dias de reclusão, e 4.412 (quatro mil quatrocentos e doze) dias-multa, sendo o valor de cada dia-multa discriminado conforme exposto acima.

O impetrante afirma que interpôs recurso de apelação, em 9/8/2019, o qual ainda não foi julgado pelo Tribunal de origem.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, visto que há excesso de prazo no julgamento do apelo, cuja ilegalidade justifica a revogação do decreto prisional.

Requer, liminarmente e em definitivo, a concessão da ordem para que seja revogado a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente como aferir a alegada existência de flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, sem maiores informações acerca do caso .

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente